

IGREJA E GESTÃO PÚBLICA: RESISTÊNCIA E INFLUÊNCIA NO BAIXO AÇU

Ellen Letycia da Rocha Lopes ¹
Rayne Augusta de Moraes ²
Francisco Leandro Duarte Pinheiro ³

RESUMO

Ao decorrer da história brasileira encontramos a Igreja Católica envolvida em diferentes cenários e problemáticas, agindo, por vezes, de forma alinhada às ações do Estado. No entanto, notamos que durante a implantação de um projeto de combate à seca no interior do Rio Grande do Norte, nomeado de Projeto Baixo-Açu, essa instituição religiosa apresentou-se contrária ao que era proposto pelo governo, o qual pretendia construir na região do rio Piranhas-Açu uma barragem para represar as águas do referido rio. Tendo isso em vista, buscamos textos e documentos que abordassem a relação entre a Igreja e o Estado nesse período de implementação do projeto, além de pesquisar por meio dos periódicos principais da época os discursos proferidos pela Igreja, bem como a maneira que os mesmos eram reproduzidos. A partir dos conceitos de políticas públicas e ator social, pudemos obter um panorama mais amplo a fim de abordar o tema proposto, nos permitindo concluir que a Igreja foi um importante agente de resistência no Vale do Açu no que tange a aplicação do projeto, uma vez que ela esteve como representante dos interesses da população.

Palavras-chave: Igreja Católica. Projeto Baixo Açu. Resistência

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil, a Igreja Católica envolveu-se de diversas maneiras com o Estado. Quase sempre esteve alinhada ao poder, mas em alguns momentos atuou em confronto aos discursos governamentais. Tendo isso em vista, notamos que, durante a ditadura militar, parte do Clero se opôs às práticas do regime vigente, sendo, algumas vezes, contrária ao próprio sistema, e, em algumas circunstâncias, a medidas particulares, mesmo quando não questionava o regime em si. Um exemplo de medida contra a qual a Igreja Católica atuou diz respeito ao projeto Baixo-Açu, implantado no baixo vale do rio Piranhas-Açu, no semiárido do Rio Grande do Norte.

O objeto de pesquisa deste trabalho diz respeito à Igreja Católica norte-rio-grandense como agente de resistência à implementação do Projeto Baixo-Açu. Este surgiu com a premissa de

¹ Graduanda do curso Técnico Integrado em Administração do Instituto Federal- RN – ellenletyciasepol@hotmail.com

² Graduanda do curso Técnico Integrado em Administração do Instituto Federal- RN – rayne.augusta@hotmail.com

³ Professor orientador: Mestre em história, IFRN Campus Nova Cruz - RN, leandro.dpinheiro@gmail.com

ser uma alternativa para a questão da seca regional, a partir da construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, impactando diretamente sobre as cidades de Açú, Ipanguaçu, Jucurutu e São Rafael, sendo que a mais atingida foi essa última, cujo centro urbano estava fixado na faixa de inundação da represa, de modo que todos os seus moradores foram forçados a migrar para outras cidades ou para um novo núcleo populacional construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para esse fim. A medida previa, além do combate à seca, com o armazenamento das águas nos períodos escassos e o controle da força das águas do rio Açú nos períodos de cheia, a organização de um polo pesqueiro e um perímetro de irrigação.

Entretanto, a implantação desse projeto dividiu muitas opiniões, fomentando a emergência de agentes de resistência quanto a essas políticas públicas, sendo um deles a Igreja Católica, como vemos no discurso do Monsenhor Américo Simonetti, que o jornal *Diário de Natal* traduziu da seguinte maneira: “o sacerdote criticou a falta de atenção dada aos proprietários rurais da Região a quem são negadas informações sobre o Baixo-Açú” (DIÁRIO DO NATAL, 1979, p. 37). Negar informações correspondia a negar participação nas decisões relativas ao projeto, negar mesmo o direito à cidadania plena.

Parte do clero potiguar questionava os discursos provenientes dos órgãos responsáveis pelo projeto, discursos que apresentavam aquela medida como algo positivo e vantajoso para os moradores do Vale do Açú, no intuito de obter aceitação dos mesmos, como percebemos na declaração do diretor do DNOCS, que afirmou ao mesmo jornal: “as decisões do Departamento se baseiam em estudos cuidadosos que mostraram ser o projeto válido comparando os índices atuais e futuros da produção econômica e da qualidade de vida no vale”[1]. A razão técnica era utilizada como recurso para afirmação da legitimidade do projeto, que transformaria para melhor o quadro econômico do Vale do Açú.

Diante disso, a presente pesquisa tem por objetivo analisar como essa instituição religiosa propagava alguns de seus discursos de resistência ao projeto Baixo Açú. Ela se dá no âmbito da pesquisa *Impactos sociais do Projeto Baixo Açú (1975-1983)*, coordenado pelo professor Francisco Leandro. Na primeira etapa da pesquisa, discutimos textos relativos às medidas governamentais de combate às secas, para, em seguida, travarmos contato com as fontes impressas nas quais emergem debates sobre a construção da Barragem Armando Ribeiro. Feito o estudo através de recortes jornalísticos, mais precisamente do *Diário de Natal*, *O Poti* e *Tribuna do Norte*, os principais veículos da imprensa norte-rio-grandense de então, e dos enunciados do clero que foram veiculados nesses mesmos jornais, passamos a tecer reflexões a respeito dessa série documental. Foi então que percebemos o destaque da Igreja Católica no

processo de resistência ao Projeto Baixo Açú. Tivemos acesso tanto à versão direta da igreja quanto às opiniões provenientes dos periódicos da época, o que proporcionará o entendimento do papel político que aquela instituição desempenhou em meio a esse cenário.

O trabalho tem como objetivo analisar os jornais da época que tratavam sobre a implementação do projeto (*O Poti*, *Tribuna do Norte* e *Diário de Natal*), compreender como os discursos e ações da Igreja eram transmitidos pelas instituições jornalísticas, investigar textos que tratam da relação Igreja-Estado, especialmente durante o regime militar, e descrever o processo de construção da represa, com os seus respectivos embates, e como a Igreja se insere neles.

METODOLOGIA

A metodologia proposta para este trabalho é de natureza qualitativa, uma vez que, como aponta Gibbs (2009), a pesquisa social deve, além de descrever, buscar esclarecer fenômenos sociais, assim como realizar a investigação de informações, não apenas apontar dados numéricos, embora estes sejam importantes para compreensão de determinados processos. A pesquisa está dividida em quatro etapas: levantamento bibliográfico e de documentos que discorrem sobre as políticas públicas de combate às secas; estudo de jornais do período estudado (*Diário de Natal*, *Tribuna do Norte* e *O Poti*, do mesmo grupo do *Diário de Natal*); análise das informações obtidas por meio das matérias dos periódicos e, por fim, avaliação dos dados coletados.

A priori, realizamos um levantamento bibliográfico que objetivou elencar textos condizentes com o objeto de pesquisa deste trabalho, ou seja, buscamos documentos e obras que fizessem referência à Igreja Católica e sua atuação durante a Ditadura Militar, bem como ao processo mesmo de implementação do Projeto Baixo Açú. Depois, selecionamos dos jornais da época (1975-1979), particularmente o *Diário de Natal* e *O Poti* (periódicos vinculados aos Diários Associados) e *Tribuna do Norte* (pertencente à família Alves, importante liderança política da época) que versavam sobre o tema da construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, tema que marcou os debates políticos de então. Feita a leitura e seleção das fontes, procedemos às transcrições, procedimento imprescindível para a pesquisa de natureza histórica (BLOCH, 2001), possibilitando a análise do material que servirá à investigação, como aponta o professor da Unesp, Eduardo Manzini (2006, p. 361).

Durante o procedimento, observamos que, repetidas vezes, as matérias apresentavam discursos relacionados à atuação da Igreja Católica, demonstrando seu envolvimento no processo de implementação do referido Projeto, bem como a maneira pela qual suas ações e

pronunciamentos eram reproduzidos. Interessamo-nos, assim, por esse recorte específico e iniciamos as reflexões, que se encontram, portanto, em estágio muito inicial, embora já nos permitam algumas asserções.

Analisamos os dados obtidos a partir do estudo do material transcrito, para que pudéssemos conhecer as percepções de ambas as partes – de um lado, a visão da Barragem como solução para a problemática da seca, pelo outro ela como um entrave à vida dos moradores – e, com isso, obter uma visão panorâmica do que aconteceu na prática. Desse modo, uma vez que partimos das narrativas para pensar um processo social, nossa metodologia consiste, basicamente, na chamada “análise do discurso”. Conforme Foucault, todo discurso é resultado da dinâmica social que o produz (FOUCAULT, 2014). Assim, averiguamos a maneira como cada um dos jornais estudados reproduziu os pronunciamentos feitos pela Igreja Católica, além do posicionamento particular dos articulistas dos referidos jornais. Com isso, pudemos compreender, ainda que de modo sumário, o panorama do processo em análise.

DESENVOLVIMENTO

- **Políticas Públicas**

O Estado Brasileiro foi constituído para atender às necessidades básicas de cada cidadão, tendo como dever disponibilizar condições para seu desenvolvimento. Nisso, são necessárias ações que concretizem esse papel, de modo a efetivar o progresso da sociedade.

Para a compreensão das medidas tomadas para o desenvolvimento social, político e econômico, é necessário termos uma visão sobre as diversas dimensões de *política*, uma vez que elas criam estruturas e senso de direção, materializando-se nas ações do governo (CARNEIRO et AL, 2010). Essas dimensões são divididas em:

1. *Polity*- para nomear as **instituições** políticas
2. *Politics*- para **processos** políticos
3. *Policy*- para os **conteúdos** das políticas

Como aponta Frey (2000), elas podem, na realidade política, se entrelaçar e influenciar mutuamente. Nessas, a dimensão processual *politics* tem a função de implementar o processo político, muitas vezes associado a um caráter conflituoso no que se refere à sobreposição de conteúdos, objetivos e deliberações.

Nessa dimensão, conforme afirma CARNEIRO et AL (2010), surge a implantação das políticas públicas, que diz respeito ao método de dispor o programa de ação do governo. Dessa forma, política pública refere-se a um conglomerado de decisões, projetos, leis e ações realizadas pelo governo. Ela pode ser compreendida sob a visão do Estado implantando um

projeto governamental através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. (GOBERT, MULLER apud. HOFLING, 2001).

As políticas públicas, portanto, são uma forma de efetivar as responsabilidades do Estado, aplicando medidas que assegurem os direitos dos cidadãos. Segundo aponta documento da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, elas podem ser formuladas por iniciativa tanto do poder executivo quanto do legislativo, de forma conjunta ou separada, a depender das necessidades e demandas da sociedade. Durante a sua elaboração, em determinados casos a população tem sua participação assegurada por lei, de modo que possa opinar e debater acerca da medida a ser implementada, participando e ajudando, assim, em todo o processo, para que as ações sejam de fato voltadas às necessidades emergentes.

Dessa forma, alguns elementos constituem as políticas públicas a fim de que sua implantação seja definida por meio das etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação. São elas:

1. Planos
2. Programas
3. Ações
4. Atividades

Eles têm de estar bem encadeados, havendo uma integração durante a realização. Com isso, o planejamento previamente estabelecido para firmar a política pública definida é consumado por meio dos projetos, os quais são a forma prática de instituir as ações definidas.

Conforme aponta Vargas (apud PALUDO, 2015, p. 370), projeto “é um empreendimento não repetitivo, caracterizado por uma seqüência clara e lógica de eventos, com início, meio e fim, que se destina a atingir um objetivo claro e definido, sendo conduzidos por pessoas dentro de parâmetros predefinidos de tempo, custo, recursos envolvidos e qualidade”. Com isso, podemos afirmar que se trata da sistematização para aplicação de uma política pública, determinando a logística e os parâmetros de como essa será executada.

Anselmo (2009) reitera a importância dos projetos afirmando que as estratégias advindas deles expõem a forma como será organizado para atingir os objetivos, demonstrando que são expostos apenas na produção de resultados em consonância com as partes interessadas e seguindo os prazos determinados.

No caso brasileiro, mais precisamente durante o regime militar, uma política pública voltada ao combate das problemáticas provenientes das recorrentes secas na região Nordeste, particularmente no semiárido do Rio Grande do Norte, foi consumada por meio de um projeto,

o qual foi denominado Projeto Baixo-Açu, realizado na região do Vale do Açu, interior do estado. O Estado pretendia apresentar essa medida como uma política pública de caráter técnico, que obedecia somente aos critérios da razão técnica, como se a dimensão política e os embates sociais próprios desse campo estivessem ausentes, e aquele fosse uma medida desprovida de interesses políticos, como é possível deduzir da declaração do governador Tarcísio Maia, que afirmou:

Evidente que isto está sendo feito pelos técnicos. Não é o governo do Estado, que é apenas um curioso nem o Ministro, nem o Presidente da República, enfim não são senão os técnicos que induzem o Governo a fazer este projeto e a gastar essa soma fabulosa de Cr\$ 2,5 bilhões em termos de hoje (TRIBUNA DO NORTE, 1977)

Segundo os princípios estabelecidos pela Constituição Federal em seu artigo 21 XVIII, é dever da União: “*planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações*”. Assim sendo, podemos afirmar que as políticas públicas justificam sua relevância em razão de permitirem que a sociedade seja atendida em suas carências e, assim, tenha seus direitos atendidos, como no artigo acima. Entretanto, a atuação da Igreja Católica na resistência ao projeto nos revela que há uma correlação de forças atuando na implementação das políticas públicas, e que estas não são simples aplicações de estudos técnicos na promoção do bem-estar social. Em suma, há um conjunto de interesses envolvidos na questão, transcendendo os aspectos meramente técnicos.

- **Ator social**

No decorrer da história da humanidade, os estudos acerca dos sujeitos e seus papéis na sociedade passaram a despertar maiores interesses por parte de estudiosos dessa área, tornando-se cada vez mais recorrentes e necessários para compreensão da organização em que o homem estava inserido. Partindo disso, funções sociais foram melhor analisadas e compreendidas, e novos conceitos surgiram, integrando o quadro de uma rede social articulada.

Destacamos, desse amplo quadro conceitual, a definição de ator social. Com base em conceituações formuladas por diferentes sociólogos, podemos definir ator social como indivíduos que expressam interesses sociais, econômicos, políticos e culturais de forma coesa, geralmente apresentados de modo perceptível e legítimo (MOCELIN, 2010). As manifestações coletivas promovidas por esses atores não carecem de regimentos legais, mas devem ser avaliadas com base no comportamento dos que possuem um mesmo patamar na estratificação social por seguirem uma ética aceita cordialmente e/ou partilharem um mesmo *hábitus*.

Analisando o que já foi exposto no que concerne às percepções de ator social, verificamos uma importante instituição que, na implantação da Barragem Armando Ribeiro

Gonçalves, do Projeto Baixo-Açu, agiu de forma muito semelhante ao que se entende por ator social: a Igreja Católica. Ela esteve ligada a diferentes circunstâncias relativas ao Projeto, colocando-se como agente de resistência a determinadas práticas estabelecidas pelo governo e pretendendo representar a “voz” da população regional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Igreja Católica é uma das mais antigas instituições religiosas existentes no mundo, a qual é, atualmente, a detentora de maior número de fiéis no Brasil. Ela possui diferentes papéis sociais, seguindo as doutrinas encontradas no cristianismo, dentre as quais destaca-se a prática da caridade, ou seja, a doação ao próximo e ajuda no que lhe for necessário.

Partindo disso, podemos notar que as ações sociais promovidas por essa instituição vão além da ajuda aos mais necessitados ou das obras voltadas à população carente. Com o passar do tempo, a Igreja foi estabelecendo seu papel também na política, com atuação por vezes alinhada ao poder, mas também, em alguns casos, de forma oposta a esse. No contexto da ditadura militar, marcado pelo autoritarismo e pela acentuação das desigualdades sociais, coube à Igreja Católica pensar sua atuação enquanto instituição religiosa, como apontam Delgado e Passos:

Como se situar diante das incertezas do presente e avizinhar-se de temas e situações que bradam por justiça, liberdade, participação? Como articular experiência de fé e compromisso social numa sociedade excludente? Mais do que em outros períodos, o catolicismo foi ensaiando novos modos de agir e de se posicionar. Uma característica desse período foi buscar caminhos mais bem sintonizados com os desafios da realidade brasileira, sobretudo na defesa dos direitos humanos e sociais. (DELGADO; PASSOS, p. 97, 2015)

A atuação na defesa dos moradores do Vale do Açu, no contexto da implementação do Projeto Baixo Açu, ilustra essa preocupação social da Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970. Esse projeto consistia em uma política pública de desenvolvimento da região Nordeste baseada na Revolução Verde e modernização da Agricultura local. A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas buscavam, por meio do projeto, construir uma barragem denominada “Armando Ribeiro Gonçalves”, a qual “iria servir de suporte para a entrada do Baixo-Açu na Revolução Verde, na Modernização da Agricultura e, conseqüentemente, em uma agricultura de mercado com bases empresariais”[4]

No entanto, a construção dessa Barragem implicaria em modificações severas na realidade dos moradores da região, especialmente pelo fato de muitos habitantes terem de deixar

suas casas, plantações e, com isso, suas fontes de renda para a subsistência, em função do represamento das águas do Rio Piranhas-Açu, que banhava a localidade.

As afirmações de que a população não sairia prejudicada eram sustentadas por promessas de indenizações e pela garantia de uma “vida melhor” que se desenharia a partir da construção da barragem. Dentre as várias cidades afetadas pelo projeto, uma das que sentiu de forma mais acentuada sua ação foi a de São Rafael, que após todos os acontecimentos teve sua história dividida entre a “antiga” e a “nova” São Rafael.

Em meio à divergência de opiniões entre o que era assegurado pelo Estado e o medo dos moradores do Vale do Açu, um importante ator social surgiu como representante da classe popular, agindo de forma a tentar lumiar as incertezas e preocupações vividas por eles, sendo esse ator, como temos destacado, a Igreja Católica.

A Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte – especialmente a Diocese de Mossoró e Arquidiocese de Natal, por possuírem paróquias nas áreas afetadas – apresentava uma preocupação significativa referente aos impactos do Projeto Baixo-Açu, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais, o que pode ser visto na manchete do jornal *Diário de Natal*, o qual relata um discurso do monsenhor Américo Simonetti: “A Igreja do Rio Grande do Norte não pretende intrometer-se nos aspectos técnicos do Projeto Baixo-Açu, mas colaborar com a população que será atingida com a construção da Barragem Armando Ribeiro” (DIÁRIO DO NATAL, 27 mar. 1979, p. 36). Ele salientou ainda que os técnicos da construtora contratados pelo Governo sabiam para que vieram, enquanto o povo não tinha informações precisas sobre a questão.

Dessa forma, a Igreja não possuía a intenção de ser contra a implementação do projeto em si, mas sim de defender os aspectos sociais e ecológicos daquela população. Valendo-se do tema da Campanha da Fraternidade de 1979 (“Por um mundo mais humano”, cujo slogan era “Preserve o que é de todos”), por exemplo, o Bispo Auxiliar da Diocese de Mossoró, D. José Freire, afirmou: “a CF é um movimento de evangelização de massa da Igreja e o tema proposto para 1979 é a continuidade, a sequência da campanha anterior, pois a ecologia deve ser uma preocupação de todos nós” (DIÁRIO DO NATAL, 08 mar. 1979). D. José Freire ainda menciona que a deterioração do ambiente não era a única preocupação da CF, mas também questões de miséria, fome e riqueza, aspectos que ele conecta com o processo de construção da represa, destacando a negligência que o DNOCS dispensava à população local no que diz respeito aos aspectos sociais do projeto.

Assim, a Igreja, com seu caráter reformista, manteve sua manifestação junto aos proprietários de terras e moradores das áreas desapropriadas pelo Governo Federal para a

implantação do Projeto de irrigação planejado pelo DNOCS, auxiliando-os como “porta-voz”, promovendo reuniões, programas de rádio, panfletos e movimentos. O *Tribuna do Norte*, por exemplo, registrou em um texto relativo ao Projeto Baixo Açu duas decisões formalizadas pela Arquidiocese de Natal, por meio da Comissão Pontifícia Justiça e Paz: a primeira delas foi a de reunir mensalmente as paróquias locais para acompanhamento do Projeto; a segunda, “de preparar um folheto, em linguagem popular, a ser distribuído em todo o Vale, sobre os direitos dos trabalhadores e pequenos proprietários em termos de indenização e Estatuto da Terra” (TRIBUNA DO NORTE, 22 mar. 1979) – decisões que estavam relacionadas à ausência de diálogo entre o poder público e as comunidades locais do Vale.

No ano de 1975, o Executivo Federal publicou o decreto de desapropriação que atingia uma vasta área de terras no Vale do Açu. No mesmo ano, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO), foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a qual “surgiu como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam”[5]

Com isso, a CPT passou a atuar em todo o território nacional, inserindo-se também em debates que envolvem questões relacionadas aos recursos hídricos. A Comissão defende a água como sendo um patrimônio da humanidade e se apresenta contrária a todo tipo de destruição de nascentes, poluição pelo uso de agrotóxicos ou mesmo pela ação de mineradoras. No que tange à situação desencadeada pelo Projeto Baixo-Açu, a CPT também agiu de forma a reprimir as ações propostas pelo Estado e as empresas envolvidas no processo, como o DNOCS e a SUDENE.

No dia vinte e quatro de dezembro de 1981, a Comissão Diocesana Pastoral da Terra publicou uma nota de solidariedade a população do Vale do Açu. Em referência a situação facejada pelos habitantes da localidade – os quais tiveram de abandonar suas moradias para viabilizar a construção da Barragem Armando Ribeiro, e anos após viram parte da represa, quando ainda estava em processo de construção, desabar - ela afirma: “vamos fazer valer a nossa organização. Vamos fazer valer a nossa origem de filhos de Deus em construção do seu Reino. Vamos exigir as explicações verdadeiras e não vamos aceitar novos erros que ponham em risco as nossas vidas”[6]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os textos e materiais discutidos ao longo do desenvolvimento do trabalho, pudemos analisar as diferentes maneiras que a Igreja se colocou posicionada quanto às problemáticas em torno do Projeto Baixo-Açu, segundo o que era transmitido pelos jornais da época. Notamos que em diversos momentos a participação do Clero no processo de construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves esteve vinculada a um intuito de rever os impactos sociais causados aos moradores das cidade atingidas.

Para desenvolver um melhor estudo e análise sobre o objeto de pesquisa do trabalho, transcrevemos manchetes dos jornais *Diário do Natal*, *Tribuna do Norte* e *O Poti*, o qual percebemos o papel atuado pela Igreja Católica como agente de resistência ao Projeto Baixo-Açu, mediante o seu discurso transmitido na esfera jornalística. Com a Instituição religiosa tendo um caráter reformista e de grande influência na época, serviu como mediadora da fala e posicionamento da população.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Dermi. *A Igreja Católica e seu papel político no Brasil*. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300009&script=sci_arttext>

Acesso em: 2 maio. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BRASIL. Lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm> Acesso em: 26 jul. 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida N.; FERREIRA, Jorge. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 – 1970)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

DIOCESE explica os objetivos da Campanha da Fraternidade. *Diário de Natal*. Natal, RN. 8 mar. 1979.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 / Michel Foucault ; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. - 24. ed. - São Paulo: Loyola, 2014.

FURTADO, M.A.P; FORTUNATO, G.X; TEIXEIRA, A. *Gestão Pública e de projetos: um estudo sobre a percepção dos gestores no gerenciamento de projetos no governo no Estado do Espírito Santo*. Espírito Santo: Fucepe Business School. Disponível em:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

<http://www.fucape.br/public/producao_cientifica/2/Maria%20Alice.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

GIBBS, Graham. *Análise de Dados Qualitativos*. Artmed Editora S.A., São Paulo, 2009.

HOFLING, Eloisa. *Estados e políticas (públicas) sociais*. 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

Políticas públicas: o que são e para que existem. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

MANZINI, E. J. *Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados*. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. *Pesquisa e educação especial: mapeando produções*. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.

MARGARETH F. SANTOS CARNEIRO ET ALL. *Gestão Pública: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios dos projetos na modernização da gestão pública*.

MOCELIN, Daniel. *Fato sociológico*. 2010. Disponível em: <<http://fatosociologico.blogspot.com/2010/05/atores-sociais.html>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

O que são políticas públicas?. Disponível em:<http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

PALUDO, Augustinho. *Administração Pública*. 4. ed. São Paulo: Método. 2015. *Políticas públicas: o que são e para que existem*. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

PROJETO Baixo Açú: Preocupação da Igreja é com seu aspecto social. *Diário de Natal*. Natal, RN. 30 mar. 1979.

SOUZA, Maria Alda. *O ator social na sociologia contemporânea de Bourdieu e Touraine*. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-ator-social-na-sociologia-contemporanea-bourdieu-touraine.html>>.

TARCÍSIO analisa viagem: as decisões para 78 serão tomadas na hora oportuna. *Tribuna do Norte*. Natal, RN. 11 jun. 1977.

[1] UNITED Brands quer financiar a colonização do Vale do Açú. *Diário de Natal (RN)*: 14 set. 1977, p. 8.

[2] Sobre os governos militares, conferir: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 7 ed. (O Brasil Republicano, v. 4)

[3] Ver, por exemplo: BONETTI (O SILÊNCIO DAS ÁGUAS), FERNANDES (AUTORITARISMO E RESISTÊNCIA NO BAIXO AÇU)

[4] Citação retirada do portal: “DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS”

[5] Citação retirada do portal “DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS”

[6] NOTA de solidariedade da Comissão Diocesana de Pastoral da Terra ao povo do Vale do Açu. *Comissão Diocesana de Pastoral da Terra*: Mossoró, 1981.